

## **LEI ORDINÁRIA Nº 1090**

*de 28 de abril de 2016*

**"Dispõe sobre a contratação de menor aprendiz no âmbito do  
Município de Chapadão do Sul e dá outras providências".**

*A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL - MS, aprovou e PREFEITO  
MUNICIPAL sanciona e promulga a seguinte Lei:*

### **Capítulo I.**

#### **DO APRENDIZ**

##### **Art. 1.**

*Será observado o disposto nesta Lei, as relações jurídicas pertinentes à  
contratação de aprendizes pelo Município de Chapadão do Sul, Estado de  
Mato Grosso do Sul.*

##### **Art. 2º..**

*Aprendiz é o maior de quatorze anos e menor de dezoito anos que  
celebra contrato de aprendizagem, nos termos definidos nesta Lei.*

##### **1º.**

*O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à  
sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social  
e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.*

##### **2º.**

*A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes  
portadores de deficiência.*

## **Capítulo II.**

### **DO CONTRATO DE APRENDIZAGEM**

#### **Art. 3º.**

*Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.*

#### **Art. 4º..**

*A validade do contrato de aprendizagem pressupõe sua formalização mediante anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental ou ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.*

#### **Parágrafo único. .**

*Para fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.*

#### **Art. 5º..**

*O contrato de aprendizagem estabelecido por esta Lei em nenhuma hipótese implicará vínculo de emprego do aprendiz*

### **Capítulo III.**

## **DA FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E DAS ENTIDADES QUALIFICADAS EM FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL METÓDICAS**

### **Seção I.**

#### **Da Formação Técnico-Profissional**

#### **Art. 6º.**

*Entende-se por formação técnico-profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.*

#### **Parágrafo único. .**

*A formação técnico-profissional metódica de que trata o caput deste artigo realiza-se por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional-metódica, definidas no art. 8º desta Lei.*

#### **Art. 7º..**

*A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios:*

#### **I.**

*garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental e ensino médio;*

**II.**

*horário especial para o exercício das atividades; e*

**III.** *capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.*

**Parágrafo único. .**

*Ao aprendiz com idade inferior a dezoito anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.*

**Seção II.**

***Das Entidades Qualificadas em Formação Técnico-Profissional  
Metódica***

**Art. 8º..**

*Consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica:*

**I.**

*Os Serviços Nacionais de Aprendizagem, assim identificados:*

**a).**

*Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI;*

**b).** *Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC;*

**c).**

*Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR;*

**d).**

*Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT; e*

**II.**

*As escolas técnicas de educação, inclusive as agro técnicas; e*

**III.**

*As entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.*

**1º.**

*As entidades mencionadas nos incisos deste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados*

**Art. 9º.**

*Caso não tenha oferta de cursos técnicos ou profissionalizantes no Município de Chapadão do Sul - MS, será concedido prazo suplementar de 180 (cento e oitenta) dias para que este ente municipal, em conjunto com a rede municipal de ensino ofereça cursos técnicos, objetivando o preenchimento dessa lacuna.*

**Capítulo IV.**

**Seção I.**

***Das Espécies de Contratação do Aprendiz***

## **Art. 10.**

*A contratação do aprendiz será efetivada diretamente pelo empregador ou, supletivamente, pelas entidades sem fins lucrativos mencionadas no inciso III do art. 8º desta Lei.*

### **1º.**

*Na hipótese de contratação de aprendiz diretamente pelo empregador, este assumirá a condição de contratante, devendo inscrever o aprendiz em programa de aprendizagem a ser ministrado pelas entidades indicadas no art. 8º desta Lei.*

### **2º.**

*A contratação de aprendiz por intermédio de entidade sem fins lucrativos, para efeito de cumprimento da obrigação estabelecida no caput do art. 9º, somente deverá ser formalizada após a celebração de contrato entre o Município e a entidade sem fins lucrativos, no qual, dentre outras obrigações recíprocas, se estabelecerá as seguintes:*

#### **I.**

*A entidade sem fins lucrativos, simultaneamente ao desenvolvimento do programa de aprendizagem, assume a condição de empregador, com todos os ônus dela decorrentes, assinando a Carteira de Trabalho e Previdência Social do aprendiz e anotando, no espaço destinado às anotações gerais, a informação de que o específico contrato de trabalho decorre de contrato firmado com o empregador para efeito do cumprimento de sua aprendizagem;*

#### **II.**

*o estabelecimento assume a obrigação de proporcionar ao aprendiz a experiência prática da formação técnico-profissional-metódica, a que este será submetido.*

**Art. 11.**

*A contratação de aprendizes pela Administração Direta, Autárquica e Fundacional, dar-se-á de forma direta, nos termos do § 1º do art. 13, hipótese em que será realizado processo seletivo através de provas escritas.*

**Capítulo V.**

**DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

**Art. 12.** *Ao aprendiz, será garantido o salário mínimo hora.*

**Art. 13.**

*A duração do trabalho do aprendiz não excederá seis horas diárias.*

**1º.**

*O limite previsto no caput deste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tenham concluído o ensino fundamental e ensino médio, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.*

**Art. 14 .** *São vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.*

**Art. 15.**

*A jornada do aprendiz compreende as horas destinadas às atividades teóricas e práticas, simultâneas ou não, cabendo à entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica fixá-las no plano do curso.*

#### **Art. 16.**

*Nos contratos de aprendizagem estabelecidos por esta Lei, a Contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço corresponderá a dois por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, ao aprendiz.*

#### **Art. 17.**

*A contribuição previdenciária será efetuada para o Regime Geral de Previdência Social, segundo alíquotas estabelecidas para tal regime.*

#### **Art. 18 º.**

*As aulas teóricas do programa de aprendizagem devem ocorrer em ambiente físico adequado ao ensino, e com meios didáticos apropriados.*

##### **1º.**

*As aulas teóricas podem se dar sob a forma de aulas demonstrativas no ambiente de trabalho, hipótese em que é vedada qualquer atividade laboral do aprendiz, ressalvado o manuseio de materiais, ferramentas, instrumentos e assemelhados.*

##### **2º.**

*É vedado ao responsável pelo cumprimento da cota de aprendizagem cometer ao aprendiz atividades diversas daquelas previstas no programa de aprendizagem.*

#### **Art. 19.**

*As aulas práticas podem ocorrer na própria entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica ou no estabelecimento do contratante ou concedente da experiência prática do aprendiz.*



**1º.**

*Na hipótese de o ensino prático ocorrer no estabelecimento, será formalmente designada pelo Município, ouvida a entidade qualificada em formação técnico profissional metódica, um empregado monitor responsável pela coordenação de exercícios práticos e acompanhamento das atividades do aprendiz no estabelecimento, em conformidade com o programa e aprendizagem.*

**2º.**

*A entidade responsável pelo programa de aprendizagem fornecerá aos órgãos competentes, quando solicitado, cópia do projeto pedagógico do programa.*

**Art. 20.**

*As férias do aprendiz devem coincidir, preferencialmente, com as férias escolares, sendo vedado fixar período diverso daquele definido no programa de aprendizagem.*

**Art. 21.**

*O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, exceto na hipótese de aprendiz deficiente, ou, ainda antecipadamente, nas seguintes hipóteses:*

**I.** *desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;*

**II.**

*falta disciplinar grave;*

**III.** *ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; e*

#### **IV.**

*a pedido do aprendiz.*

#### **Art. 22.**

*Para efeito das hipóteses descritas nos incisos do art. 21 desta Lei, serão observadas as seguintes disposições:*

##### **I.**

*O desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz referente às atividades do programa de aprendizagem será caracterizado mediante laudo de avaliação elaborado pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica;*

##### **II.**

*A falta disciplinar grave caracteriza-se por quaisquer das hipóteses descritas no art. 482 da CLT;*

##### **III.**

*A ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo será caracterizada por meio de declaração da instituição de ensino.*

#### **Art. 23.**

*Em caso de rescisão contratual, serão devidos apenas os dias trabalhados e não quitados, bem assim o recolhimento fundiário (2% - dois por cento) e previdenciário cabível, sendo vedado o pagamento de indenização» ou qualquer outra parcela, a qualquer título.*

## **Capítulo VI.**

### **DO CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE APRENDIZAGEM**

#### **Art. 24 .**

*Aos aprendizes que concluírem os programas de aprendizagem com aproveitamento, será concedido pela entidade qualificada em formação técnico profissional metódica o certificado de qualificação profissional.*

#### **Parágrafo único. .**

*O certificado de qualificação profissional deverá enunciar o título e o perfil profissional para a ocupação na qual o aprendiz foi qualificado.*

## **Capítulo VII.**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Art. 25.**

*Revogam-se as disposições em contrário a presente Lei, entrando em vigor na data de sua publicação.*

*CHAPADÃO DO SUL - MS , 28 DE ABRIL DE 2016*

*LUIS FELIPE BARRETO DE MAGALHÃES*  
*PREFEITO*  
*MUNICIPAL*

---

*Lei Ordinária Nº 1090/2016 - 28 de abril de 2016*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*